

Daiesse Quênia Jaala Santos Bomfim  
*Coordenadora*

# POLÍTICAS AFIRMATIVAS DE INCLUSÃO E EQUIDADE RACIAL

Reflexões acerca do papel do  
setor público e privado

**Apoio à Coordenação**  
*Odilon dos Santos Silva*  
*Estevão Gomes*

## **Prefácio**

*Eunice Aparecida de Jesus Prudente*

## **Área específica**

DIREITO ADMINISTRATIVO.

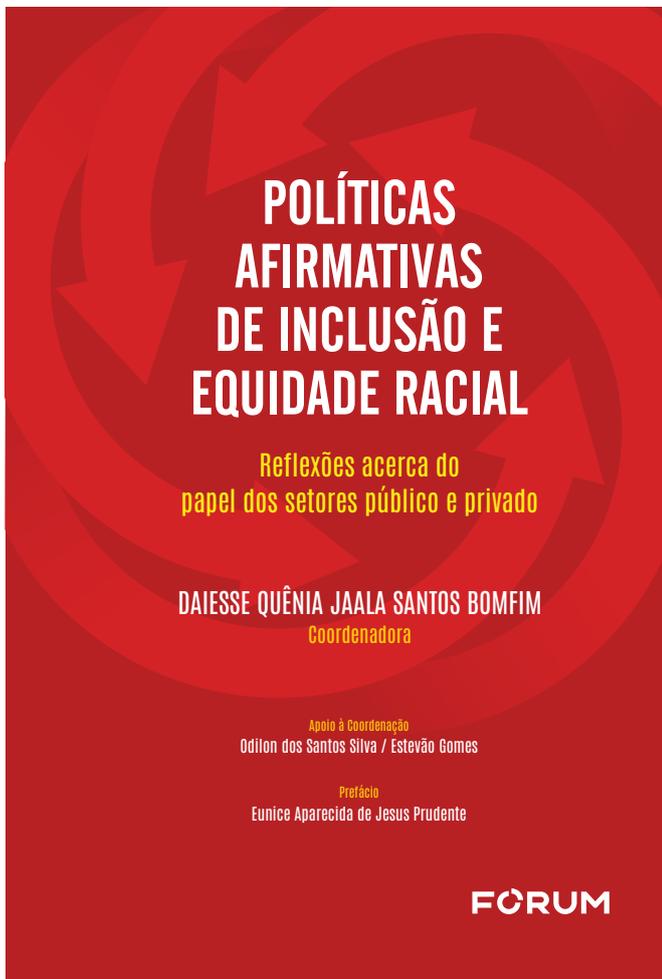
## **Áreas afins do livro**

DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITOS HUMANOS,  
DIREITO PÚBLICO.

## **Palavras-chave**

DIVERSIDADE RACIAL, POLÍTICAS DE AÇÕES  
AFIRMATIVAS, PAPEL DO SETOR PÚBLICO  
E PRIVADO, COMBATE AO RACISMO,  
EQUIDADE E INCLUSÃO RACIAL, COMPLIANCE  
ANTIDISCRIMINATÓRIO, POLÍTICAS PÚBLICAS.

**FORMATO:** 14,5 × 21,5 cm  
**CÓDIGO:** 3012



As políticas afirmativas de inclusão e equidade racial têm sido amplamente discutidas no Brasil, tanto na esfera pública quanto privada. A criação das leis de cotas para o ensino superior e concursos públicos federais, a representatividade em espaços de poder e centrais de decisão, além da representatividade em conselhos de administração e diretorias de empresas têm sido temas cruciais nesse debate. Embora ainda haja muito a ser feito, em especial quando se avalia os indicadores de vulnerabilidade no Brasil, este livro oferece, por meio de uma análise crítica dos diversos autores, exemplos práticos das políticas afirmativas e sua implementação, ressaltando a importância da avaliação contínua de sua efetividade e impacto. Com efeito, a presente obra nos conta que o caminho é longo e árduo, mas também nos traz uma mensagem de esperança de que podemos avançar para uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

P769 Políticas afirmativas de inclusão e equidade racial: reflexões acerca do papel dos setores público e privado. / Daiesse Quênia Jaala Santos Bomfim. Belo Horizonte: Fórum, 2023.

469 p. 14,5x21,5 cm

ISBN 978-65-5518-553-9

1. Diversidade racial. 2. Políticas de ações afirmativas. 3. Papel dos setores público e privado. 4. Combate ao racismo. 5. Equidade e inclusão racial. I. Bomfim, Daiesse Quênia Jaala Santos. II. Título.

CDD: 305.8

CDU: 342.724

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

BOMFIM, Daiesse Quênia Jaala Santos (Coord.). *Políticas afirmativas de inclusão e equidade racial: reflexões acerca do papel dos setores público e privado*. Belo Horizonte: Fórum, 2023. 469 p. ISBN 978-65-5518-553-9.

### **Daiesse Quênia Jaala Santos Bomfim**

*Coordenadora*

Auditora de Controle Externo no Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Presidente da Comissão de Estudos sobre Diversidade Racial no Instituto Brasileiro de Direito Administrativo – IBDA. Membro do Instituto de Direito Administrativo Sancionador (IDASAN). Graduação em Direito pela Universidade Federal da Bahia e Pós-Graduação em Direito do Estado pelo Instituto JusPodivm. Mestre em Direito pela Universidade Nove de Julho – São Paulo e MBA em Diversidade e Inclusão no Business Behaviour Institute of Chicago (em andamento). Autora da obra *O custo da educação pública no Brasil: uma visão contemporânea sobre investimento e qualidade* – Editora Fórum

### **Odilon dos Santos Silva**

Advogado e Consultor Jurídico, graduado pela Universidade Federal da Bahia. Membro da Comissão de Estudos sobre Diversidade Racial do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo – IBDA. Pós-Graduado em Direito Eleitoral e em Licitações e Contratos Administrativos pela Faculdade Baiana de Direito.

Autor do livro *Financiamento eleitoral: o descompasso entre o novo sistema de doações de campanha e a cultura de arrecadação via fontes vedadas*.

### **Estevão Gomes**

Graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e *Master of Laws (LL.M.)* pela *Harvard Law School*. Doutorando em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo. Ex-Assessor de Ministro do STF. Advogado do BNDES. Sócio do Escritório Gomes Braga Advocacia.

PREFÁCIO	
<b>Eunice Aparecida de Jesus Prudente</b> .....	21
APRESENTAÇÃO	
<b>Estêvão Gomes</b> .....	25
COTAS RACIAIS EM CONCURSOS PÚBLICOS PARA INGRESSO NOS TRIBUNAIS DE CONTAS BRASILEIROS: POR QUE ESTAMOS LONGE DO IDEAL?	
<b>Marcela de Oliveira Timóteo</b> .....	29
1     Introdução .....	29
2     Cotas raciais em concursos públicos no Brasil: uma breve contextualização .....	32
3     Tribunais de Contas no Brasil .....	36
4     Por que os Tribunais de Contas (e todos os órgãos públicos) devem adotar as cotas raciais? .....	37
5     Cotas raciais em concursos públicos dos Tribunais de Contas brasileiros: um panorama desafiador .....	44
6     Conclusão .....	46
Referências .....	48
ANEXO – Tribunais de Contas e cotas raciais .....	53
A ILEGALIDADE DA EXIGÊNCIA DE AUTODECLARAÇÃO RACIAL NOS CONCURSOS PÚBLICOS: ABUSO DE PODER E EXCESSO DE FORMALISMO	
<b>Lúcio Antônio Machado Almeida</b> .....	57
1     Introdução .....	57
2     Controle de proporcionalidade da exigência de mais de um meio de autodeclaração racial no Concurso Público do Tribunal de Contas do Município de São Paulo e no do Badesul .....	59
3     O fim buscado pela legislação antirracista de ações afirmativas no Brasil .....	62
4     Competência legislativa para criação das cotas raciais nos concursos públicos .....	64
4.1   Lei nº 15.939 de 23 de dezembro de 2013, do Município de São Paulo .....	65
4.2   Lei nº 14.147 de 2012, do Estado do Rio Grande do Sul .....	69
5     Indução ao erro no link de documentos da Banca Vunesp .....	71
6     Novos contornos para uma adequada exigência da autodeclaração racial nos concursos públicos .....	72
7     Conclusão .....	74
Referências .....	75
A EDUCAÇÃO QUE NOS FOI NEGADA: A RESPONSABILIDADE DO SETOR PÚBLICO NA EQUALIZAÇÃO DE OPORTUNIDADES PARA POPULAÇÃO NEGRA	
<b>Daiese Quênia Jaala Santos Bomfim, Juçara Rosa Santos de Araújo</b> ...	77
1     Introdução .....	77
2     O histórico educacional da população negra .....	78
3     A responsabilidade do setor público na concretização da igualdade material do povo negro .....	85
4     Considerações finais .....	92
Referências .....	94
A QUESTÃO RACIAL NO ORÇAMENTO PÚBLICO: NOTAS PARA UMA AGENDA DE INTERVENÇÃO	
<b>Clara Marinho</b> .....	97

1	Introdução.....	97
2	As políticas públicas de promoção da igualdade racial: advento e materialidade .....	98
3	A identificação do gasto para a população negra.....	102
4	A transversalidade (de raça) no orçamento federal.....	105
5	Uma agenda de intervenção possível .....	109
6	Conclusão.....	110
	Referências .....	111
<b>DESASTRES AMBIENTAIS, INJUSTIÇA CLIMÁTICA E RACISMO AMBIENTAL NO BRASIL</b>		
	<b>Diego Pereira.....</b>	<b>115</b>
1	Introdução.....	115
2	Desastres ambientais no Brasil .....	116
3	Políticas públicas: dos problemas à formulação de agendas envolvendo desastres ambientais.....	118
4	Vulnerabilidades e injustiças no Brasil.....	122
4.1	Por que tratar o racismo ambiental como política pública? .....	125
5	Considerações finais.....	128
	Referências .....	129
<b>A IMPORTÂNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA PROMOÇÃO DAS POLÍTICAS DE COTAS RACIAIS: A EXPERIÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ</b>		
	<b>Amanda Ribeiro dos Santos, André Luiz Querino Coelho.....</b>	<b>133</b>
1	Introdução.....	133
2	Racismo .....	134
3	O direito fundamental à igualdade racial: das normas constitucionais e convencionais.....	140
4	A inércia estatal e o racismo institucional brasileiro .....	143
4.1	Do princípio da legalidade na Administração Pública .....	143
4.2	Da repartição de competências dos entes federativos.....	146
5	A atuação do Ministério Público .....	151
5.1	A experiência do Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial do Ministério Público do Estado do Paraná .....	153
6	Conclusão.....	154
	Referências .....	155
<b>DEFENSORIA PÚBLICA E POLÍTICAS AFIRMATIVAS: A PROMOÇÃO DA EQUIDADE RACIAL COMO FUNÇÃO ESSENCIAL, SUPERAÇÃO DO PARADIGMA ESTRUTURALMENTE RACISTA E OS DESAFIOS DENTRO DE UMA PERSPECTIVA AFROCENTRALIZADA</b>		
	<b>Aline Mota de Oliveira, Thaisa Lavigne Silva Borges .....</b>	<b>159</b>
1	Introdução.....	159
2	Racismo estrutural e sociedade brasileira.....	160
3	A importância das políticas afirmativas no cenário brasileiro de desigualdade como uma forma de superação do paradigma tradicional .....	163
4	A Defensoria Pública como instrumento para concretização da igualdade racial.....	168
5	Defensoria Pública além da instrumentalização: aspectos práticos das ações afirmativas dentro da Defensoria Pública – afrocentralização das relações jurídicas e as mudanças práticas do olhar negro .....	170
6	Resistências institucionais, os desafios e possibilidades de agenda .....	173
7	Conclusão.....	176
	Referências .....	177
<b>LETRAMENTO RACIAL E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NO PODER JUDICIÁRIO COMO VETORES DE TRANSFORMAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA</b>		
	<b>Jonata Wiliam Sousa da Silva.....</b>	<b>179</b>
1	Introdução.....	179

2	Os efeitos das ações afirmativas na atual composição do Poder Judiciário brasileiro .....	180
3	O papel da educação sobre as relações raciais na mudança da cultura jurídica brasileira.....	185
4	Desafios para a implementação de políticas educacionais antirracistas no sistema de justiça .....	189
5	Conclusão.....	191
	Referências .....	193
<b>O PACTO NACIONAL DO JUDICIÁRIO PELA EQUIDADE RACIAL: TRANSVERSALIDADE COM O OBJETIVO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ODS 10: DA AGENDA 2030 DA ONU</b>		
	<b>Françoise Rocha</b> .....	195
1	Introdução.....	195
2	Os pressupostos fundantes da formulação do Pacto pela Equidade Racial .....	196
3	Promoção da equidade racial.....	198
4	O cenário no Poder Judiciário .....	204
5	A instituição do Fórum Nacional do Poder Judiciário para a Equidade Racial (Fonaer), destinado a elaborar estudos e propor medidas para o aperfeiçoamento do sistema judicial quanto ao tema.....	208
6	Conclusão.....	209
	Referências .....	210
<b>AÇÕES AFIRMATIVAS E COMPLIANCE: SEMEANDO UMA NOVA CULTURA ORGANIZACIONAL</b>		
	<b>Antonio Pedro Ferreira da Silva</b> .....	213
1	Introdução.....	213
2	Ações afirmativas: conhecer para aplicar.....	215
3	<i>Compliance</i> como instrumento de governança pública e privada .....	221
4	Construindo um plano de <i>compliance</i> antirracista.....	225
5	Considerações finais.....	228
	Referências .....	228
<b>PERSPECTIVAS DE INCLUSÃO E EQUIDADE RACIAL NO MUNDO CORPORATIVO NOS DIAS ATUAIS</b>		
	<b>Rachel O. Maia, Luciana Dias</b> .....	231
	Introdução.....	231
	O mundo corporativo.....	232
	No âmbito jurídico.....	235
	Equidade Racial no mundo empresarial .....	239
	Os dias atuais .....	241
	Conclusão.....	243
	Referências .....	244
<b>COMPLIANCE ANTIDISCRIMINATÓRIO NO SETOR PRIVADO</b>		
	<b>Diomara Araújo Ferreira</b> .....	247
	Introdução.....	247
1	<i>Compliance</i> .....	248
2	Direito antirracista e antidiscriminatório no <i>compliance</i> .....	252
3	Desafios na aplicação do <i>compliance</i> nas empresas .....	257
4	Avanços do <i>compliance</i> antidiscriminatório no setor privado .....	259
5	Considerações finais.....	262
	Referências .....	263
<b>CIDADÃO COSMOPOLITA E NEGROS NO BRASIL</b>		
	<b>Danilo Lima Alves</b> .....	267
1	Introdução.....	267
2	Controle de Convencionalidade .....	272
3	Onde está a população negra no Brasil?.....	275
4	Considerações sobre o cidadão cosmopolita .....	276
	Referências .....	278

INTERPRETAÇÃO JURÍDICA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: OS RISCOS DO RACISMO ALGORÍTMICO NO BRASIL

<b>Fábio de Sousa Santos</b> .....	281
1 Introdução.....	281
2 O negro no Brasil e o racismo estrutural.....	282
3 Linguagem e heurísticas como veículos do racismo na interpretação jurídica .....	285
4 Inteligência artificial e o racismo algorítmico.....	288
5 Conclusão.....	292
Referências .....	293

A DISCRIMINAÇÃO DE ALGORITMO NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES DE CONSUMO EM PLATAFORMAS VIRTUAIS DE E-COMMERCE

<b>Fabiano Machado da Rosa, Witor Flores da Silva</b> .....	297
1 Introdução.....	297
2 Algoritmo e inteligência artificial na sociedade pós-moderna ...	298
3 Práticas discriminatórias de algoritmos em ambientes virtuais de consumo.....	300
4 Algoritmos, proteção de dados e riscos discriminatórios.....	307
5 Conclusão.....	309
Referências .....	310

(AUSÊNCIA DE) DIVERSIDADE RACIAL NA ADVOCACIA: REFLEXÕES PARA O ENEGRECIMENTO DAS BANCAS JURÍDICAS NO BRASIL

<b>Camila Torres Cesar, Vinícius de Souza Assumpção</b> .....	313
1 Introdução.....	313
2 Da formação jurídica excludente à ausência de pessoas negras nos escritórios de advocacia.....	317
3 Noções gerais para estruturar um programa de diversidade racial .....	321
4 Além da contratação: inclusão e permanência .....	324
5 Considerações finais.....	326
Referências .....	327

INTEGRAÇÃO RACIAL: UMA URGÊNCIA NACIONAL – POLÍTICAS AFIRMATIVAS NO ÂMBITO DA ENTIDADE DE CLASSE

<b>Ana Carolina Lourenço, Irapuã Santana</b> .....	331
Introdução.....	331
O passado.....	332
O presente .....	337
O futuro.....	341
Referências .....	346

A SUB-REPRESENTAÇÃO DOS NEGROS E NEGRAS NAS FUNÇÕES FINALÍSTICAS DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA: UM OLHAR SOBRE A BAIXA EFETIVIDADE DA POLÍTICA AFIRMATIVA DE RESERVA DE VAGAS PARA NEGROS NOS CONCURSOS PARA MEMBROS NAS INSTITUIÇÕES JURÍDICAS E OS BONS EXEMPLOS DO SETOR PRIVADO

<b>Michel de Souza Vellozo, Pâmela Souza Campos</b> .....	349
1 Introdução.....	349
2 Da baixa efetividade da política afirmativa de reserva de vagas para negros nos concursos para membros nas instituições jurídicas .....	352
2.1 Das cotas nas universidades públicas: um começo promissor – ADPF nº 186.....	352
2.2 Das universidades para as carreiras da Administração Pública – ADC nº 41 .....	354
2.3 A cúpula do sistema de justiça e concursos para membros das instituições .....	356
2.3.1 Do desafio da normatização da ação afirmativa de reserva de vagas .....	356
2.3.1.1 Do Poder Judiciário e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) .....	356
2.3.1.2 Do Ministério Público e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).....	359

2.3.2	Dos concursos para membros do Ministério Público e da Magistratura: reserva de vagas efetiva ou mero cumprimento de formalidades?.....	360
2.3.3	Da problemática da reserva mínima de 20% em cada etapa do certame .....	362
2.3.4	Das barreiras econômico-financeiras e concursos nacionais unificados.....	363
2.3.5	Da antecipação indevida de etapas e exigência não razoável de atos presenciais em dias úteis dissociados de provas aos cotistas para procedimento de heteroidentificação .....	365
2.3.6	Das propostas para o aperfeiçoamento da política afirmativa de reserva de vagas.....	366
3	Das ações afirmativas no setor privado.....	367
3.1	Magazine Luiza: o <i>leading case</i> .....	369
3.2	Caso Vale.....	370
3.3	Caso Itaú .....	370
3.4	Da eficácia vertical e da eficácia horizontal dos direitos fundamentais.....	371
4	Das diversas ações positivas antidiscriminatórias.....	372
4.1	Encontro Nacional de Juízas e Juizes Negros (ENAJUN) .....	372
4.2	Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPE-RJ).....	373
4.3	Educafro.....	374
5	Conclusão.....	374
	Referências .....	375
EQUIDADE RACIAL NA GESTÃO PÚBLICA: A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA SP AFRO BRASIL E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS IMPLANTADAS NA SECRETARIA EXECUTIVA DO CENTRO DE EQUIDADE RACIAL DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO		
	<b>Ivan de Lima</b> .....	379
1	Introdução.....	379
2	Implantação do Centro de Equidade Racial .....	380
3	Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do estado de São Paulo .....	383
4	Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena do estado de São Paulo (CPPNI) .....	385
5	Curso de Formação Equidade Racial.....	386
6	Casa SP Afro Brasil.....	387
7	Fórum SP Afro Brasil.....	390
8	Projeto Beleza Negra .....	390
9	MIS em Cena: grandes personalidades negras.....	391
10	Titulação de comunidades remanescentes de quilombos do estado de São Paulo.....	392
11	Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial de São Paulo (PEPIR) .....	393
12	Conclusão e próximos passos .....	395
	Referências .....	397
REPERCUSSÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL NA EQUIDADE RACIAL		
	<b>Evelyn Moraes Roges</b> .....	401
1	Introdução.....	401
2	Tributação e direitos fundamentais .....	402
3	Tributação e desigualdade .....	404
4	Impacto do sistema tributário nacional na desigualdade racial. ....	408
5	Conclusão.....	411
	Referências .....	412
A PARTICIPAÇÃO DO NEGRO NA POLÍTICA: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA		
	<b>Irapuã Santana</b> .....	415
1	Introdução.....	415
2	O Supremo Tribunal Federal e a inclusão das minorias.....	416
3	Do <i>leading case</i> racial no sistema eleitoral.....	416

4	O papel determinante do STF .....	421
5	Representatividade importa.....	422
6	Da repercussão nas eleições .....	424
	Referências .....	426
<b>REPRESENTATIVIDADE NEGRA NOS CARGOS LEGISLATIVOS DO BRASIL: CANDIDATURAS NEGRAS E PARDAS NO PROCESSO ELEITORAL NACIONAL DE 2022</b>		
	<b>Flávio Viana Barbosa, Simone Henrique .....</b>	<b>427</b>
1	Introdução.....	427
2	Conceito de representatividade.....	428
3	Luta pela representatividade negra na política brasileira .....	431
4	Da criação do quesito raça/cor nas eleições e os resultados estatísticos comparativos.....	432
5	Quotas raciais nas eleições brasileiras de 2022.....	434
6	Estudo de caso: Antônio Carlos Magalhães Neto e outros.....	434
7	Considerações finais.....	439
	Referências .....	441
<b>A RESOLUÇÃO Nº 23.665/2021 DO TSE: UM FLERTE SOBRE A (IM) POSSIBILIDADE DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS(OS) NEGRAS(OS) NA POLÍTICA À LUZ DAS ELEIÇÕES GERAIS DE 2022</b>		
	<b>Odilon dos Santos Silva, Osvaldo Álvaro de Jesus Neto .....</b>	<b>445</b>
1	Introdução.....	445
2	As novas regras de incentivo à inserção de negros nas casas legislativas.....	448
3	Uma crítica à discricionariedade da sistemática de distribuição do fundo partidário e eleitoral pelas agremiações.....	453
4	Eleições gerais de 2022 e o fracasso das políticas de ações afirmativas .....	456
5	Conclusão.....	460
	Referências .....	461
	<b>SOBRE OS AUTORES.....</b>	<b>464</b>

**Aline Mota de Oliveira**

Pós-Graduada em Direito do Estado pela Faculdade Baiana de Direito. Defensora Pública do Estado da Paraíba. Coordenadora da Coordenaria de Combate ao Racismo da Defensoria Pública do Estado da Paraíba. Integrante da Comissão étnico-racial da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP).

**Amanda Ribeiro dos Santos**

Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná, atualmente com atribuições na 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Pitanga. Bacharela em Direito pela Universidade Católica de Brasília. Pós-Graduada em Direito Constitucional pela Universidade Católica de Brasília. Endereço profissional: Avenida Interventor Manoel Ribas, 411, Centro, Fórum, Pitanga, CEP: 85.200-000. Endereço eletrônico: amandards@mppr.mp.br.

**Ana Carolina Lourenço**

Conselheira Seccional da OABSP. Conselheira da Jovem Advocacia. Vice-Presidente da Comissão da Mulher Advogada. Pós-Graduada em Direito Digital pela FGVSP e em Direito Tributário pela PUC-SP. Membro do IAB (Instituto dos Advogados Brasileiros), ANA (Associação Nacional da Advocacia Negra), Grupo Mulheres do Brasil no Comitê de Igualdade Racial. BSL (*Black Sisters in Law*) e Pacto pela Equidade Racial.

**André Luiz Querino Coelho**

Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná, atualmente com atribuições na 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Matelândia. Bacharel em Direito pelas Faculdades Milton Campos. Pós-Graduado em Direito Tributário pelas Faculdades Milton Campos. Endereço profissional: Rua 11 de Junho, 1122, Vila Nova, Matelândia, Paraná, Brasil, CEP: 85.887-000. Endereço eletrônico: alqcoelho@mppr.mp.br.

**Antonio Pedro Ferreira da Silva**

Doutor e Mestre em Políticas Sociais e Cidadania pela Universidade Católica do Salvador. Procurador Federal. Membro da AGU.

**Camila Torres Cesar**

Doutoranda em Direito pela Universidade de São Paulo. Diretora do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (2023/2024). Consultora em Diversidade e Inclusão no Instituto Formação Antirracista.

**Clara Marinho**

Doutoranda em Administração Pública e Governo na Fundação Getúlio Vargas-SP. Analista de Planejamento e Orçamento do Governo Federal.

**Daiese Quênia Jaala Santos Bomfim**

Auditora de Controle Externo no Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Graduação em Direito pela Universidade Federal da Bahia. Mestre em Direito pela Universidade Nove de Julho – São Paulo. Pós-Graduação em Direito do Estado pelo Instituto JusPodivm. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Sancionador – IDASAN. Presidente da Comissão de Estudos sobre Diversidade Racial no Instituto Brasileiro de Direito Administrativo – IBDA.

**Danilo Lima Alves**

Procurador concursado da Infraero. Mestrando em Direito Internacional na UDE – Uruguai. MBA em Direito Empresarial pela FGV com extensão no MIT-USA. Especialista em Direito Público Global pela Universidade de Castilla de la Mancha - Toledo – Espanha.

**Diego Pereira**

Doutorando em Direito Constitucional pela UnB, com período de visita na Universidade de Salamanca. Mestre em Direitos Humanos e Cidadania pela UnB. Procurador Federal (AGU). Autor de *Vidas interrompidas pelo mar de lama* (2020). Pesquisa direitos dos desastres, mudança climática, racismo ambiental, direito e ciência, justiça e litígio climáticos.

### **Diumara Araújo Ferreira**

Advogada Corporativa. Especialista em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Direito Tributário – São Paulo. Pós-Graduada em Compliance Digital – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Presidente da Comissão de Igualdade Racial e Gênero da OAB Pinheiros – triênio (2022-2024). Membro da Comissão de Direito Tributário da OAB Pinheiros – triênio (2022-2024).

### **Evelyn Moraes Roges**

Advogada no Setor de Consultoria Tributária do Siqueira Castro Rio de Janeiro e membro do Comitê de Diversidade do escritório. Especialização em fusões e aquisições pela Universidade Cândido Mendes. Pós-Graduada em Direito Tributário e Empresarial.

### **Fabiano Machado da Rosa**

Advogado e sócio fundador do escritório Petri Machado da Rosa Advocacia. É especialista em *Compliance* Antidiscriminatório, Gestão de Crises e Proteção de Pessoas Publicamente Expostas. Bacharel em Direito pela PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

### **Fábio de Sousa Santos**

Doutorando em Direito Econômico e Socioambiental pela PUCPR. Procurador do Estado de Rondônia.

### **Flávio Viana Barbosa**

Doutorando em Ciência da Educação na UNR de Rosário/Argentina. Licenciado em História – Unimes. Bacharel em Direito – Unisantos e Advogado. Professor de História na rede pública municipal de Santos/SP. Especialista em Direito Educacional (Faculdade XV de Agosto). Presidente da Comissão de Igualdade Racial da OAB/São Vicente. Membro da Comissão de Igualdade Racial da OAB/Santos. Membro e Relator da Comissão da Verdade da Escravidão da OAB/Santos. Diretor Jurídico da Associação dos Capacetes de Aço de São Vicente/SP, heróis de 1932.

### **Françoise Rocha**

Advogada e Consultora Jurídica, inscrita da OAB-RJ. Mestranda no Programa de Justiça Administrativa da Universidade Federal Fluminense. Membro da Comissão de Igualdade Racial do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo-IBDA.

### **Irapuã Santana**

Presidente da Comissão de Igualdade Racial da OAB/SP. Doutor em Direito Processual pela UERJ. Ex-Assessor de Ministro no STF e no TSE. Advogado voluntário da Educafro. Colunista do jornal *O Globo*. Procurador do Município de Mauá/SP. Sócio do escritório BFBM – Barroso Fontelles, Barcellos, Mendonça Advogados.

### **Ivan de Lima**

Engenheiro, Gestor Público e Professor Universitário. Presidente do Comitê de Gestão do LIDE Equidade Racial. Secretário Executivo do Centro de Equidade Racial do Governo SP – 2020-2022.

### **Jonata Wiliam Sousa da Silva**

Mestre em Direito Público pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Diretor Secretário Adjunto do Instituto Baiano de Direito Processual Penal – IBADPP. Presidente da Comissão da Advocacia Negra da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Bahia (OAB-BA). Advogado Criminalista.

### **Juçara Rosa Santos de Araújo**

Coordenadora Regional de Educação da Secretaria Municipal de Educação de Salvador. Graduação em Letras Vernáculas pela Universidade Católica do Salvador. Mestre em Educação pela Universidade Unidas – Assunção. Conselheira no Conselho Municipal das Comunidades Negras de Salvador. Conselheira Municipal de Educação de Salvador. Presidente do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB – Salvador.

### **Luciana Dias**

Advogada da Empresa RM Consultig. Especialista em *Compliance* Antidiscriminatório, Direito Digital e Direito Penal Econômico. Coordenadora do núcleo de Acessibilidade do IBCCRIM (Instituto Brasileiro de Ciências Criminais).

**Lúcio Antônio Machado Almeida**

Coordenador do Núcleo de Pesquisa Antirracismo da Faculdade de Direito da UFRGS. Doutor e mestre em Direito pela UFRGS. Professor substituto de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da UFRGS (2020-2023) e da Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre.

**Marcela de Oliveira Timóteo**

Pós-Graduada em Direitos Humanos, Responsabilidade Social e Cidadania Global pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Auditora do Tribunal de Contas da União.

**Michel de Souza Vellozo**

Bacharel em Direito. Auditor de Controle Externo do TCM-SP.

**Odilon dos Santos Silva**

Advogado e Consultor Jurídico, graduado pela Universidade Federal da Bahia. Membro da Comissão de Estudos sobre Diversidade Racial do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo – IBDA. Pós-Graduado em Direito Eleitoral e em Licitações e Contratos Administrativos pela Faculdade Baiana de Direito.

**Oswaldo Álvaro de Jesus Neto**

Advogado, graduado pela Universidade Salvador. Pós-Graduando em Ciências Criminais pela Faculdade Baiana de Direito.

**Pâmela Souza Campos**

Advogada na FGV-SP Projetos. Residente Jurídica na DPE-RJ. Pós-Graduada em Direito Público e Direito Privado (EMERJ). Pós-Graduada em Direito e Acesso à Justiça – FESUDEPERJ. Pós-Graduada em Teoria e Prática do Direito Público – FESUDEPERJ. Bolsista do Programa Abdias do Nascimento, da DPE-RJ.

**Rachel O. Maia**

CEO da Empresa RM Consulting. Conselheira Administrativa. Founder e CEO RM Consulting D&I e Varejo. Presidente Conselho Consultivo UNICEP. Embaixadora Projeto Guri. Former CEO Lacoste/ Pandora/ Tiffany.

**Thaissa Lavigne Silva Borges**

Defensora Pública do Estado da Bahia. Pós-Graduada em Direito Penal e Criminologia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER).

**Simone Henrique**

Mestra em Direitos Humanos pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Advogada especialista em *Compliance* pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais IBCCRIM e Universidade de Coimbra.

**Vinícius de Souza Assumpção**

Doutorando em Direito pela Universidade de Brasília. Professor de Processo Penal. 2º Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (2023-2024).

**Witor Flores da Silva**

Advogado. Membro do Grupo de Pesquisa CNPq Mercosul, Direito do Consumidor e Globalização, sob a coordenação da professora Doutora Dr. h.c. Mult. Claudia Lima Marques. Bolsista de Iniciação Científica pelo CNPq na área de Divulgação do Direito e Políticas de Proteção do Consumidor na África, Ásia, nas Américas e a Austrália (2019-2022). Bacharel em Direito pela UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.